



AZ@BXL

Número: 229 Data: 2022.06.03

No título: Tartaruga no mar dos Açores

 Marcos Santos

Nota: Segundo a então Direção Regional dos Assuntos do Mar dos Açores, parceira do projeto [LIFE IP AZORES NATURA](#), estavam, no final de 2020, [registadas](#) nos Açores seis das sete espécies de tartarugas marinhas conhecidas no mundo. A 9 de outubro de 2020, uma empresa de mergulho avistou uma tartaruga Olivácea entre o Banco D. João de Castro e a ilha de São Miguel, sendo o primeiro registo da espécie *Lepidochelys olivacea* no arquipélago açoriano.

Destaques



[Conclusões da reunião extraordinária do Conselho Europeu de 30 e 31 de maio de 2022](#)

[Agressão da Rússia contra a Ucrânia: UE adota sexto pacote de sanções](#)

[Comunicação da Comissão "Para uma pesca mais sustentável na UE: ponto da situação e orientações para 2023"](#)

[Conselho adota Conclusões sobre o futuro da coesão até 2050](#)

[Objetivo 55: Conselho adota posição sobre três textos relacionados com o setor dos transportes](#)

[Ecossistemas Regionais de Investigação e Inovação das 9 RUP reunidos na conferência final do projeto FORWARD](#)

[Glifosato: ECHA conclui novamente que a classificação do glifosato como cancerígeno não se justifica](#)

[Caminho aberto para a adoção do euro por parte da Croácia](#)

[Programa LIFE premeia os vencedores de 2022](#)



VAI ACONTECER

De 30 de maio a 5 de junho



Semana Verde da União Europeia

A [Semana Verde da UE 2022](#) tem lugar de 30 de maio a 5 de junho num formato híbrido sob o tema "Delivering the Green Deal for Europe". O maior evento anual de política ambiental da Europa permitirá aos europeus explorar o que realmente precisamos de fazer para avançar para uma economia circular, positiva para a natureza e sem poluição.

A fim de apelar a um maior envolvimento e contribuições de todos os setores, cerca de [300 eventos estão a ser organizados](#) em toda a Europa por organizações parceiras ao longo da semana. Mais informações estão disponíveis no [sítio web oficial](#) e na consulta ao [programa](#).

6 a 9 de junho



Sessão Plenária do Parlamento Europeu

Os parlamentares europeus [estarão](#) reunidos em Estrasburgo para mais uma sessão ordinária do Parlamento Europeu. A redação final dos textos aprovados na ENVI relativos ao pacote "[objetivo 55](#)" será debatida e votada. A versão aprovada em Sessão Plenária servirá como mandato de negociação da equipa negociadora do Parlamento Europeu junto do Conselho nas negociações interinstitucionais (trílogos) que se irão seguir. Será igualmente debatido e votado o [Relatório de Iniciativa "As ilhas da UE e a política de coesão"](#), da autoria do eurodeputado Younous Omarjee.

7 de junho



Primeiro Fórum da Missão de Adaptação às Alterações Climáticas

Apresentar-se-á no fórum a situação na Europa no que respeita à adaptação às alterações climáticas e recolher-se-ão contributos das regiões, incluindo sobre as intenções de participar na Missão. A Missão de Adaptação às Alterações Climáticas visa apoiar cerca de 150 regiões e comunidades na Europa no sentido da resiliência climática até 2030. As autoridades regionais e locais, juntamente com os cidadãos e as partes interessadas, são atores-chave no combate aos impactos das alterações climáticas. Mais informações [aqui](#).



Conferência de imprensa sobre o Relatório de Iniciativa "As ilhas da UE e a política de coesão"

Após a votação em plenário do relatório "[As Ilhas e política de coesão](#)", o relator do PE e presidente da Comissão do Desenvolvimento Regional (REGI) [Younous Omarjee](#), partilhará a sua opinião sobre a votação ([a partir das 18h CET](#)). O relatório descreve os desafios económicos, sociais e ambientais que as zonas insulares da UE enfrentam, e solicita uma compensação através de uma política de coesão direcionada, de uma afetação orçamental adicional e de uma série de ações para responder às necessidades das ilhas da UE.

Até 8 de junho



Prémios da União Europeia para o biológico

Decorre até ao próximo dia 8 de junho a apresentação de candidaturas aos "prémios biológicos da UE: Premiar a excelência ao longo da cadeia de valor biológico da UE". Poderá encontrar mais informação sobre os prémios, as diferentes categorias postas a concurso e as ligações para a apresentação das candidaturas (que são apresentadas em linha) [aqui](#).

Até 9 de junho



Consulta pública relativa à iniciativa da UE relativa aos polinizadores — revisão

A Comissão Europeia abriu um [período de consulta pública](#) relativa à "Iniciativa da UE relativa aos polinizadores — revisão". Fimada esta fase, estará previsto que a Comissão lance uma nova Comunicação sobre a temática no terceiro trimestre de 2022.

Segundo a Comissão: «A iniciativa da UE relativa aos polinizadores constituiu uma primeira resposta ao grave declínio dos insetos polinizadores na Europa, mas a UE precisa agora de intensificar os seus esforços. Por conseguinte, a Comissão irá rever a iniciativa e criar instrumentos e medidas que permitam fazer face aos principais fatores subjacentes a este declínio. Esta iniciativa ajudará a cumprir o objetivo do Pacto Ecológico Europeu de inverter o declínio dos polinizadores até 2030, assegurando que estes possam continuar a proporcionar benefícios essenciais à natureza e aos seres humanos.»



Consulta às partes interessadas sobre a Comunicação da Comissão Europeia “Preservar a segurança alimentar e reforçar a resiliência dos sistemas alimentares”

O Comité das Regiões Europeu está atualmente a elaborar um parecer sobre a salvaguarda da segurança alimentar e o reforço da resiliência dos sistemas alimentares para apresentar perspectivas locais e regionais sobre o assunto. O relator, Piotr Calbecki (PL/PPE), presidente da região de Kujawsko-Pomorskie, vai promover uma audição às partes interessadas tendo como objetivo a recolha dos seus pontos de vista sobre este [tema](#). A reunião decorrerá em formato híbrido entre as 10h00-12h00 (CET), podendo efetuar o seu registo para participação na reunião [aqui](#).

9 e 10 de junho



Reunião do Conselho (Competitividade)

Os ministros responsáveis pelo Espaço [realizarão](#) um debate de orientação sobre a resiliência e a competitividade do [Programa Espacial da União](#). Debaterão as medidas que podem ser tomadas para reforçar o programa espacial da UE, tendo em conta os desafios atuais. Os ministros deverão também adotar conclusões sobre a gestão do tráfego espacial e sobre o Copernicus.

Por outro lado, os ministros responsáveis pela [Investigação](#) realizarão um debate de orientação sobre o apoio aos jovens investigadores em tempos de crise. Mais especificamente, debaterão a forma de coordenar a ação da UE para superar os atuais desafios enfrentados pelos investigadores e de ajudar os investigadores a construir uma carreira sustentável.



Reunião do Conselho (Justiça e Assuntos Internos)

Os ministros [procurarão](#) chegar a acordo quanto a uma orientação geral parcial sobre o projeto de diretiva relativa à [criminalidade ambiental](#). Analisarão também a forma de avançar em relação aos elementos ainda em aberto. Com esta proposta, a legislação em vigor será substituída por um texto mais ambicioso, que define novas infrações penais no domínio do ambiente, contém disposições mais pormenorizadas em matéria de sanções e introduz medidas para ajudar as pessoas que denunciam infrações.

Os ministros serão convidados a adotar uma orientação geral sobre a reforma do Código das [Fronteiras Schengen](#). Esta proposta baseia-se na experiência adquirida com os recentes desafios, nomeadamente a pandemia de COVID-19 e a instrumentalização dos migrantes. Visa dotar os Estados-Membros dos instrumentos necessários para atender aos novos desafios que se colocam à gestão da fronteira externa de Schengen, bem como das fronteiras internas no espaço Schengen.

12 a 15 de junho



Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio (CM12)

A [12.ª Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio](#) (OMC) vai decorrer, de 12 a 15 de junho de 2022, em Genebra, na Suíça. Após a suspensão em 2019 e em 2021 da CM12 devido à COVID-19, o órgão decisório mais importante da OMC, que reúne bianualmente, volta a juntar os ministros do comércio e outros representantes dos 164 membros.

15 e 16 de junho



Conferência sobre o Pacto Rural

Estão abertas as [inscrições](#) para a [Conferência sobre o Pacto Rural](#) que será realizada em Bruxelas (com possibilidade de ser acompanhada remotamente). A conferência é organizada pela Comissão Europeia em parceria com o Comité das Regiões Europeu, Comité Económico e Social Europeu, Parlamento Europeu, Presidência do Conselho Europeu, e Parlamento Rural Europeu.

A 30 de junho de 2021, a Comissão adotou uma comunicação sobre a visão a longo prazo para as zonas rurais da UE. Como parte desta visão para criar zonas rurais mais fortes, mais ligadas, mais prósperas e mais resilientes, a Comissão comprometeu-se a criar um Pacto Rural. Ao reunir os níveis de governação nacional, regional e local, bem como as partes interessadas e as instituições da UE, este pacto servirá como um quadro de cooperação, apoiará um melhor acesso ao financiamento e contribuirá para assegurar que as necessidades específicas das diversas zonas rurais da Europa sejam tidas em conta.

Até 16 de junho



Consulta pública relativa à pesca de tunídeos do Atlântico

A Comissão Internacional para a Conservação dos Tunídeos do Atlântico (CICTA) tem autoridade para adotar decisões relativas à conservação e à gestão das unidades populacionais de peixes, as quais vinculam a UE. A CICTA adotou recentemente regras em matéria de, por exemplo: dispositivos de concentração de peixes e limitações de capacidade para o atum tropical; cultura do atum-rabilho; autorizações de pesca para o atum-voador do Atlântico e o espadarte; e medidas de gestão para o tubarão-anequim. Esta [iniciativa](#), que resultará numa proposta de regulamento, visa integrar as regras supramencionadas no direito da UE.

Até 17 de junho



Produção de combustíveis de fontes renováveis para os transportes: quota da eletricidade produzida a partir de fontes renováveis (requisitos)

A Diretiva (UE) 2018/2001 promove a utilização de energia produzida a partir de fontes renováveis na UE. Para o setor dos transportes, estabelece o objetivo específico de 14% de energia procedente de fontes renováveis. Os fornecedores de combustíveis podem utilizar combustíveis de fontes renováveis para os transportes (quer em estado líquido quer gasoso) de origem não biológica para cumprir este objetivo.

Esta [iniciativa de projeto de ato delegado](#) estabelece os requisitos para a eletricidade produzida a partir de fontes renováveis utilizada para produzir combustíveis renováveis para os transportes, de modo a poderem ser contabilizados como sendo totalmente renováveis.



Energia de fontes renováveis — método de avaliação da redução das emissões de gases com efeito de estufa para determinados combustíveis

A Diretiva Fontes de Energia Renováveis estabelece regras para ajudar a UE a cumprir os seus compromissos de redução das emissões de gases com efeito de estufa no âmbito do Acordo de Paris. Esta [iniciativa](#) (que assumirá a forma de um regulamento delegado) visa estabelecer uma metodologia para avaliar a redução das emissões de gases com efeito de estufa a partir de: combustíveis líquidos e gasosos renováveis de origem não biológica para os transportes; e combustíveis de carbono reciclado.

20 de junho



Lançamento dos Instrumentos financeiros da política de coesão para a REPowerEU e o Novo Bauhaus Europeu

A Comissão Europeia e o Banco Europeu de Investimento irão [apresentar](#) em conjunto dois novos instrumentos financeiros para apoiar as iniciativas *REPowerEU* e *New European Bauhaus*. O evento terá lugar online na segunda-feira, 20 de junho de 2022, das 15h00 às 17h00 (CEST).

Até 21 de junho



Consulta pública: Fuga de cérebros — atenuar os desafios associados ao declínio demográfico (comunicação)

A Comissão Europeia está a preparar uma comunicação sobre a fuga de cérebros e os desafios associados ao declínio da população. Esta publicação está prevista para o final de 2022 para avaliar a escala, dinâmica e impulsores do fenómeno da fuga de cérebros, entender seus efeitos socioeconómicos de longo prazo e propor soluções para melhorar a atratividade das regiões impactadas.

A fim de recolher provas, opiniões e sugestões dos cidadãos e das partes interessadas, a Comissão lançou a [consulta pública](#) tendo como objetivo obter informações sobre a escala e a dinâmica da fuga de cérebros e sobre as áreas afetadas. Outro dos objetivos consiste em identificar práticas, estratégias e políticas que tenham tido sucesso no combate à emigração de trabalhadores qualificados.



Webinar sobre as boas práticas dos instrumentos financeiros do FSE+ na economia social

A Comissão Europeia - Direção-Geral do Emprego, Assuntos Sociais e Inclusão (DG EMPL) em parceria com o Banco Europeu de Investimento (BEI) irão promover o webinar "[Boas práticas dos instrumentos financeiros do FSE+ na economia social](#)", que terá lugar na terça-feira, 21 de junho de 2022, das 14.00 às 17.00 CEST.

O webinar, dirigido a “profissionais” do FSE, [centrar-se-á](#) nos instrumentos financeiros, apresentando exemplos de apoio ao empreendedorismo social e às microfinanças. A participação beneficiará da apresentação de peritos da Comissão Europeia, do Banco Europeu de Investimento, bem como das autoridades de gestão e outros organismos envolvidos na implementação de instrumentos financeiros.

Até 23 de junho



Emissões industriais — atualização das normas da UE

Esta [iniciativa](#) destina-se a atualizar as normas da UE sobre emissões industriais, para assegurar que a indústria continua a melhorar o ambiente da UE. Visa garantir que a indústria utiliza técnicas que criam uma economia da UE mais sustentável e um ambiente mais limpo em benefício da saúde pública. Desta forma, a iniciativa apoia a ambição do Pacto Ecológico Europeu de alcançar poluição zero, assim como as políticas da UE em matéria de energia, clima e economia circular (reduzir o consumo de recursos e a produção de resíduos e promover a utilização de materiais reciclados).

De 27 de junho a 1 de julho



Conferência dos Oceanos da ONU

A cidade de Lisboa vai acolher a [Conferência dos Oceanos da ONU](#) promovida pelas [Nações Unidas](#), com o apoio dos Governos de Portugal e do Quênia. Sob o mote “Salvar o Oceano, Proteger o Futuro”, esta [Conferência](#) representa um apelo à ação pelos Oceanos, procurando incentivar líderes e decisores dos 193 países da ONU a mobilizar parcerias e aumentar o investimento em abordagens científicas e inovadoras que contribuam para reverter o declínio da saúde dos oceanos. A Conferência pretende assim contribuir para a implementação do objetivo de desenvolvimento sustentável 14 «Conservar e utilizar de forma sustentável os oceanos, os mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável».

Até 28 de junho



Comentários à Proposta de Regulamento sobre Alimentos e bebidas – Sistema de indicações geográficas da UE (revisão)

O sistema protege nomes importantes de alimentos e bebidas contra a contrafação/fraude e certifica que obedecem a normas elevadas num determinado país ou região. Esta [iniciativa](#) reforçará o sistema: melhorando a produção sustentável ao abrigo do sistema; melhorando a execução; fortalecendo os agrupamentos de produtores; reduzindo o furto na Internet; permitindo uma melhor adaptação do sistema aos produtores de todas as regiões da UE; estudando a forma de promover e proteger os alimentos tradicionais europeus; acelerando os procedimentos de registo.

Até 4 de julho



Consulta pública: Impostos especiais sobre o consumo de álcool e bebidas alcoólicas — avaliação das taxas do imposto especial de consumo e das estruturas fiscais

As regras da UE regem a tributação do álcool e das bebidas alcoólicas. As regras relativas à estrutura fiscal foram recentemente alteradas, mas as taxas do imposto especial de consumo não são alteradas desde 1992. A avaliação examinará se as taxas do imposto especial sobre o consumo de álcool e bebidas alcoólicas contribuirão para o bom funcionamento do mercado único da UE. A avaliação servirá de base à iniciativa prevista. Informações adicionais [aqui](#).

Até 13 de julho



Consulta pública respeitante à proteção à escala da UE das indicações geográficas dos produtos não agrícolas

Atualmente, não existe um sistema à escala da UE para proteger as indicações geográficas dos produtos não agrícolas (como o artesanato e os produtos industriais). No entanto, estes produtos são amiúde um elemento importante da identidade local, atraem o turismo e criam postos de trabalho. Um sistema uniforme permitiria nomeadamente: ajudar os produtores a manterem-se competitivos em nichos de mercado; fornecer aos consumidores uma melhor informação sobre a autenticidade dos produtos; impulsionar as economias regionais. Todos os contributos poderão ser carregados [aqui](#).

Até 15 de julho



Consulta pública relativa ao tráfico de bens culturais — Plano de ação da UE

No âmbito da estratégia da UE sobre a criminalidade organizada, a Comissão [adotou](#) um plano de ação contra o tráfico de bens culturais para 2022-25, a fim de dismantelar as atividades criminosas e proteger o património cultural. O objetivo global do plano de ação consiste em: sensibilizar o público; melhorar o intercâmbio de informações e a cooperação (inclusivamente com países terceiros); e promover o reforço das capacidades e os conhecimentos especializados. O plano procurará igualmente encontrar novas formas de melhorar a rastreabilidade dos bens culturais, tanto em linha como fora de linha.

Até 21 de julho



Consulta pública: Sistema alimentar sustentável da UE

A Comissão Europeia lançou uma [consulta pública](#) sobre uma proposta de regulamento, que pretende publicar no quarto trimestre de 2023, relativa ao sistema alimentar sustentável da UE. A nova proposta de regulamento visa tornar o sistema alimentar da UE sustentável e integrar a sustentabilidade em todas as políticas relacionadas com a alimentação. Estabelecerá princípios e objetivos gerais, juntamente com os requisitos e responsabilidades de todos os intervenientes no sistema alimentar da UE. Mais especificamente, estabelecerá regras sobre: rotulagem em matéria de sustentabilidade dos produtos alimentares; critérios mínimos para uma aquisição pública sustentável dos produtos alimentares; e governação e monitorização.

Até 22 de julho



Consulta pública sobre a legislação aplicável às plantas produzidas através de determinadas novas técnicas genómicas

A Comissão Europeia abriu um período de [consulta pública](#) relativa à legislação aplicável às plantas produzidas através de determinadas novas técnicas genómicas. A Comissão pretenderá com a publicação da proposta do regulamento, prevista para o segundo trimestre de 2023, propor um quadro jurídico para as plantas obtidas por mutagénese e cisgénese dirigidas, bem como para géneros alimentícios e alimentos para animais delas resultantes. A iniciativa baseia-se nas conclusões de um estudo da Comissão sobre [novas técnicas genómicas](#). O objetivo é manter um elevado nível de proteção da saúde humana e animal e do ambiente, permitir a inovação no sistema agroalimentar e contribuir para os objetivos do Pacto Ecológico Europeu e da estratégia «do prado ao prato».

Até 28 de julho



Revisão do programa da UE de distribuição de fruta, produtos hortícolas e leite nas escolas

Esta [iniciativa](#) resultará na adoção duma proposta de revisão do regulamento no quarto trimestre de 2023. É referido que «o regime da UE de distribuição nas escolas apoia a distribuição de fruta, produtos hortícolas, leite e determinados produtos lácteos às crianças, a par de atividades educativas sobre a agricultura e o desenvolvimento de hábitos alimentares saudáveis. A Comissão efetuará uma revisão deste regime e das medidas que estabelecem este tipo de ajuda da UE, com base nos ensinamentos retirados da sua aplicação desde 2017. Esta revisão contribuirá para promover o consumo de alimentos sustentáveis, em consonância com a Estratégia do Prado ao Prato.».

Até 31 de julho



Prémio Daphne Caruana Galizia de Jornalismo - convite à apresentação de trabalhos

A 3 de maio, Dia Mundial da Liberdade de Imprensa, o Parlamento Europeu [lançou](#) oficialmente o convite à apresentação de candidaturas ao Prémio Daphne Caruana Galizia de Jornalismo. A distinção premeia anualmente o jornalismo de excelência que promove ou defende os princípios e valores fundamentais da União Europeia como a dignidade humana, liberdade, democracia, igualdade, Estado de direito e direitos humanos. Daphne Caruana Galizia foi uma jornalista e ativista anticorrupção maltesa que noticiou amplamente sobre corrupção, lavagem de dinheiro, crime organizado, venda de cidadania e as ligações do governo maltês aos “Panamá Papers”. Após assédio e ameaças, foi assassinada numa explosão de um carro armadilhado a 16 de outubro de 2017.

Até 4 de agosto



Aberta consulta pública sobre a avaliação da Diretiva Responsabilidade Ambiental (Diretiva 2004/35/CE)

A Diretiva Responsabilidade Ambiental ([DRA](#)) estabeleceu um quadro de responsabilidade ambiental baseado no princípio do «poluidor-pagador», a fim de prevenir e reparar os danos causados ao solo, às águas (superficiais, subterrâneas, de transição, costeiras e marinhas) e à biodiversidade (espécies e *habitats* naturais protegidos pelas Diretivas [Aves](#) e [Habitats](#)). A presente [consulta pública](#) constitui um meio importante de recolher os pontos de vista e a experiência prática das partes interessadas. A [avaliação](#) basear-se-á igualmente nos relatórios apresentados pelos Estados-Membros à Comissão, durante abril de 2022, sobre a aplicação da DRA.

Até 15 de agosto



Consulta pública sobre os nutrientes – plano de ação para uma gestão mais eficaz

Esta [iniciativa](#) resultará na adoção por parte da Comissão Europeia duma comunicação (último trimestre de 2022). O executivo europeu refere que «os nutrientes (azoto e fósforo) são essenciais para a vida e para importantes recursos naturais. A redução dos nutrientes é uma das causas da poluição atmosférica, dos solos e da água, da perda de biodiversidade e de uma vasta gama de consequências relacionadas com as alterações climáticas. Nas últimas décadas, a legislação em vigor ajudou a combater estes problemas. No entanto, devido à poluição causada pelos nutrientes e a ineficiências no ciclo dos nutrientes, são necessárias medidas suplementares a nível da UE para melhorar a segurança alimentar, proteger a saúde e preservar os ecossistemas.».

Até 16 de agosto



Consulta pública respeitante ao desperdício alimentar — metas de redução

Esta [iniciativa](#) emblemática, que culminará na apresentação duma proposta de diretiva e que se insere na Estratégia do Prato ao Prato da UE, visa propor metas juridicamente vinculativas para reduzir o desperdício alimentar. Estas metas contribuirão para limitar o impacto da cadeia de abastecimento alimentar no ambiente e no clima e para assegurar a disponibilidade de mais alimentos para consumo humano, criando assim um sistema alimentar mais sustentável.



Consulta pública relativa ao impacto ambiental da gestão de resíduos — revisão do quadro da UE em matéria de resíduos

A Diretiva-Quadro Resíduos protege a saúde pública e o ambiente através de uma gestão adequada dos resíduos. Para o efeito, é aplicada a hierarquia de resíduos da UE, que promove a prevenção e a reutilização dos resíduos, em detrimento da sua valorização e eliminação. Esta [iniciativa](#) visa melhorar a gestão dos resíduos: reduzindo a produção de resíduos, nomeadamente através da reutilização de produtos ou componentes; reduzindo os resíduos indiferenciados e aumentando a preparação para a reutilização ou reciclagem de resíduos, melhorando a recolha seletiva.

ACONTECEU



Comércio agroalimentar da UE com forte crescimento nos dois primeiros meses de 2022

O valor total do comércio agroalimentar da UE foi de 28,3 mil milhões em fevereiro de 2022, um aumento de 18% em comparação com o mesmo mês do ano passado. As exportações aumentaram 11% para 16,6 mil milhões, enquanto as importações cresceram 30%, atingindo 11,7 mil milhões, refletindo uma balança comercial positiva de 4,9 mil milhões. Um aumento de 52% em relação a janeiro de 2022 e uma quebra da tendência de diminuição das exportações e aumento das importações que se tinha verificado desde o outono de 2021. Estas conclusões foram [publicadas](#) no relatório comercial mensal da Comissão Europeia.

Nos dois primeiros meses de 2022, as exportações para o Reino Unido e para os Estados Unidos cresceram significativamente em comparação com o mesmo período do ano passado. As exportações para o Reino Unido aumentaram 23% (impulsionadas pelo vinho, aves de capoeira e ovos), atingindo um valor de 6,6 mil milhões. As exportações para os EUA cresceram 26% para 4 mil milhões, impulsionadas em grande parte pelo aumento da procura de bebidas. Por outro lado, as exportações para a China - o terceiro destino de exportação agroalimentar da UE - caíram acentuadamente nos dois primeiros meses do ano, diminuindo em 836 milhões ou 28%, refletindo principalmente por uma redução de 856 milhões nas exportações de carne de suíno para o país de ano para ano (uma queda de 66%).

As importações agroalimentares provenientes do Reino Unido aumentaram substancialmente em comparação com o mesmo período em 2021, quando se encontravam a níveis particularmente baixos. Nos dois primeiros meses deste ano cresceram 75%, atingindo um valor total de 2,1 mil milhões, grande parte impulsionadas pelo aumento das importações de bebidas espirituosas e licores, cujo valor aumentou em 105%. As importações originárias do Brasil também registaram um aumento considerável (mais 62%), com as importações de soja e de refeições de soja a contribuírem fortemente para este crescimento. As importações provenientes dos EUA e da China também aumentaram 18% e 65% respetivamente durante este período. Por outro lado, as importações do Canadá diminuíram mais do que qualquer outro país, diminuindo em 22% ou 126 milhões. Antes da agressão militar russa, as importações da Ucrânia tinham crescido mais do que as de qualquer outro país nos dois primeiros meses do ano (mais 96% de ano para ano). As importações de cereais, óleos vegetais e oleaginosas aumentaram tanto em valor como em volume, tendo sido importadas mais 1,4 milhões de toneladas de cereais em comparação com o mesmo período em 2021.

Olhando para produtos específicos, preparações de cereais e produtos de moagem, produtos lácteos, e vinho e produtos à base de vinho, foram as principais categorias de exportação em janeiro e fevereiro, em linha do que se verificou no mesmo período do ano passado. A UE exportou 3,1 mil milhões de preparações e produtos de moagem de cereais, 2,8 mil milhões de produtos lácteos, e 2,3 mil milhões de vinho e produtos à base de vinho, refletindo um aumento nos valores de exportação dos três. As exportações de carne de bovino aumentaram 28% de ano para ano, tendo as exportações de produtos de carne congelada, em particular, contribuído para este crescimento. As exportações de carne de suíno, por outro lado, caíram 20%. Das 27 categorias de produtos, a carne de suíno é a única a registar um declínio no valor das exportações de ano para ano.

As sementes oleaginosas foram a principal categoria de importação em janeiro e fevereiro, com as importações a crescerem 41% de ano para ano, atingindo um valor superior a 5 mil milhões. Café, chá, cacau e especiarias tornaram-se a segunda categoria de produtos importados para a UE, impulsionados principalmente pelo aumento do valor de importação do café, que é 66% mais elevado em comparação com o ano passado. O forte aumento do preço do café Arábica começou em abril de 2021 e tem continuado, com fevereiro a ver os preços globais a atingirem os níveis mais elevados desde 2011. Entretanto, as importações de fruta caíram acentuadamente, particularmente no caso das uvas, que caíram 115 milhões ou 29%, e para as bananas, que caíram 69 milhões ou 13%.

Implicações do Pacto Ecológico Europeu no comércio agroalimentar com os países em desenvolvimento

Foi publicado o estudo “Implicações do Pacto Ecológico Europeu no comércio agroalimentar com os países em desenvolvimento” levado a cabo pelo Professor Alan Matthews (professor emérito em política agrícola europeia no Trinity College da Universidade de Dublin) e que poderá consultar na sua versão integral [aqui](#). O estudo analisa como as medidas europeias tomadas para implementar uma maior coerência entre as políticas agrícolas e comerciais e o Pacto Ecológico Europeu podem impactar os países em desenvolvimento. Ao olhar também para outras medidas multilaterais, bilaterais ou unilaterais de política comercial, este estudo concentra-se principalmente nas cláusulas espelho.

Auxílios estatais: Comissão aprova um regime grego de 50 milhões de euros para apoiar o setor pecuário no contexto da invasão russa da Ucrânia

A Comissão Europeia [aprovou](#) um regime grego de auxílios estatais no valor de 50 milhões de euros que apoiará o setor pecuário no contexto da invasão russa da Ucrânia. O regime foi aprovado ao abrigo do [Quadro temporário de crise relativo a medidas de auxílio estatal em apoio da economia na sequência da agressão da Ucrânia pela Rússia](#), adotado pela Comissão a 23 de março de 2022, com base no artigo 107(3)(b) do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, reconhecendo que a economia da UE está a sofrer uma grave perturbação.

Ao abrigo desta medida, a ajuda assumirá a forma de subvenções diretas. A medida estará aberta aos operadores ativos no setor pecuário afetados pelo aumento dos custos dos fatores de produção na sequência da atual crise geopolítica. Os beneficiários elegíveis terão direito a receber um montante de ajuda igual a (i) 2% do seu volume de negócios de IVA em 2021; ou (ii) 2% das suas receitas brutas em 2020, dependendo de terem ou não sido sujeitos a IVA em 2021. A Comissão concluiu que o regime grego é necessário, adequado e proporcional para sanar uma perturbação grave da economia de um Estado-Membro, em conformidade com o n.º 3, alínea b), do artigo 107º.

Acordo interinstitucional alcançado em relação à recolha anual de estatísticas agrícolas

O [Parlamento Europeu](#) e o [Conselho](#) chegaram a um acordo provisório sobre as [estatísticas agrícolas](#), com o objetivo de unificar a recolha de dados agrícolas na UE. Ao abrigo da proposta, os Estados-Membros irão recolher dados harmonizados sobre a produção agrícola. Os dados estatísticos, especialmente os dados sobre a utilização de pesticidas na UE, agricultura biológica, fertilizantes, e utilização de antimicrobianos, serão essenciais para alcançar os objetivos da Estratégia "Prado ao Prato" e da Estratégia de Biodiversidade, refere o Parlamento Europeu.

O primeiro conjunto de dados será recolhido em 2026 e divulgado em 2028. O regulamento tem agora de ser formalmente adotado pelo Parlamento e pelo Conselho antes de ser publicado no Jornal Oficial da UE e entrar em vigor 20 dias após a sua publicação.

Importações de alimentos: Relatório apoia a ambiciosa agenda da UE para promover a transição global para sistemas alimentares sustentáveis

A Comissão Europeia publicou a sua [avaliação](#) relativa às ações da UE tendo em vista a aplicação das normas sanitárias e ambientais da UE às importações agrícolas e produtos agroalimentares. O relatório faz parte da Estratégia da UE "[Do Prado ao Prato](#)" para promover sistemas alimentares sustentáveis e apresenta as ferramentas de que a UE dispõe para promover normas de sustentabilidade nas importações. Foi preparado a pedido do Parlamento Europeu e do Conselho. É referido que a UE já dispõe de um sistema sanitário e fitossanitário robusto que assegura um elevado nível de proteção da saúde. Todas as importações de alimentos devem cumprir os rigorosos requisitos sanitários e fitossanitários da UE. O relatório confirma que, sob certas condições, também outras normas sanitárias e ambientais (incluindo normas de bem-estar animal) relacionadas com os métodos de processamento e produção podem ser aplicadas aos produtos importados. Isto exigirá uma cuidadosa avaliação caso a caso para assegurar o cumprimento das obrigações internacionais da UE, incluindo as regras da OMC.



Ambiente

Programa LIFE premia os vencedores de 2022

Durante a [Semana Verde da UE](#), o maior evento ambiental anual da Europa, foram anunciados os [cinco vencedores](#) dos [Prémios LIFE](#) deste ano ([Programa para o Ambiente e Ação Climática](#)). O Prémio LIFE para a Natureza vai para um projeto de Chipre por melhorar o estado de conservação e a resiliência das florestas de cedro; quanto à Ação Climática o prémio vai para a Alemanha por aumentar a biodiversidade nas vinhas; e no Ambiente o reconhecimento foi para a Itália pela sensibilização sobre a redução do lixo marinho. Este projeto italiano também ganhou ainda o Prémio do Cidadão. Já o prémio especial adicional deste ano sobre "LIFE e Natura 2000", que foi criado para celebrar o 30º aniversário dos dois, vai para a Estónia pela recuperação de [prados de alvar](#).

Rótulo Ecológico Europeu celebra 30 anos de existência

Foi lançada uma nova "[sala de exibição em duas rodas](#)" durante a [Semana Verde da UE](#) que dará a conhecer as contribuições do sistema do rótulo ecológico da UE para a transição ecológica. O rótulo ecológico da UE, que tem um historial comprovado na promoção da excelência ambiental e das escolhas sustentáveis dos consumidores, está a celebrar este ano o seu 30º aniversário. Para assinalar este marco, uma caravana puxada por bicicleta será transformada numa minixposição com uma amostra de alguns dos melhores produtos com rótulo ecológico da UE, ilustrando a vasta gama de produtos atualmente disponível para os consumidores europeus. O sistema do rótulo ecológico da UE abrange mais de 89 mil produtos em 24 grupos de produtos diferentes e foi totalmente adotado pelos 27 países da UE, bem como pela Noruega, Islândia e Liechtenstein. Criado em 1992 e reconhecido mundialmente, o rótulo ecológico é o rótulo oficial de excelência ambiental da UE. É atribuída a produtos e serviços que cumprem elevados padrões ambientais ao longo do seu ciclo de vida, desde a extração da matéria-prima até à produção, embalagem, distribuição e eliminação. A campanha faz-se à estrada após o seu lançamento oficial em Bruxelas e viajará pela Alemanha, Estónia, Hungria e muitos outros países numa digressão de verão que terminará em Bruxelas, no Dia Mundial do Rótulo Ecológico em outubro. Ao longo do percurso, a "sala de exibição em rodas" ajudará a partilhar a mensagem do rótulo ecológico da UE de encorajar escolhas sustentáveis, promover práticas empresariais responsáveis, combater a lavagem ecológica, promover a redução de resíduos e emissões, e promover a importância de soluções transfronteiriças para os desafios ambientais.

União Europeia gasta menos com o clima do que declara

A União Europeia [não cumpriu o seu objetivo de gastar pelo menos 20% do orçamento para 2014-2020 com o clima](#), revela um [relatório especial](#) publicado pelo Tribunal de Contas Europeu (TCE). A Comissão Europeia anunciou que a UE tinha

alcançado a meta de 20%, com 216 mil milhões de euros gastos em ação climática. Contudo, o TCE descobriu que estas despesas nem sempre contribuíram para lutar contra as alterações climáticas e que estão avaliadas em, pelo menos, 72 mil milhões de euros a mais. O TCE receia também que, no período de 2021-2027 (em que a meta de despesa com o clima sobe para 30%), as informações comunicadas pela Comissão continuem a apresentar problemas de fiabilidade.

Os principais domínios dos programas de despesas da UE considerados importantes para o clima são a agricultura, as infraestruturas e a coesão. A Comissão atribui coeficientes a várias componentes dos programas, de acordo com o contributo esperado para a ação climática. A comunicação de informações sobre os gastos com o clima tem falhas e, no geral, não é de confiança. O método de avaliação usado assenta em suposições e não mede o contributo final para os objetivos climáticos da UE, não havendo nenhum sistema que controle os resultados para o clima. Os coeficientes nem sempre são realistas: em alguns casos, as despesas são consideradas relevantes para o clima apesar de os projetos e regimes que apoiam terem pouco ou nenhum impacto na ação climática (por exemplo, infraestruturas em zonas rurais). Noutros, são ignorados os potenciais efeitos negativos (como as emissões de dióxido de carbono).

Implementação na UE dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

Os eurodeputados da Comissão do Desenvolvimento (DEVE) e da Comissão do Ambiente, da Saúde Pública e da Segurança Alimentar (ENVI) [adotaram](#) um relatório conjunto apelando à liderança urgente da UE em relação aos ODS. O texto, adotado pelos eurodeputados por 87 votos a favor, 7 contra e 13 abstenções, centra-se no papel da UE na implementação dos ODS. No relatório, os deputados europeus apelam para que a UE faça da implementação dos ODS - dentro e fora da Europa - uma prioridade-chave em todas as políticas da UE. Solicitam à Comissão Europeia que nomeie um Enviado Especial para os ODS.

As iniciativas ou programas políticos de maior relevância para a implementação dos ODS por parte da UE incluem o pacote legislativo "Objetivo 55", a Política Agrícola Comum, a Política Comum das Pescas, e a Política Comercial Comum da UE. Além disso, a própria UE enfrenta desafios substantivos na implementação dos ODS em áreas que incluem sistemas alimentares sustentáveis, energia acessível e limpa, agricultura, clima e biodiversidade.

Poluição zero: Uma grande parte das águas balneares europeias satisfaz as mais elevadas normas de qualidade

O [relatório anual sobre as águas balneares](#) revela que, em 2021, quase 85 % das zonas balneares da Europa respeitavam as normas de qualidade mais rigorosas da União Europeia (qualidade «excelente»). A avaliação dá uma boa indicação de onde os banhistas podem encontrar as zonas balneares de melhor qualidade em toda a Europa este verão. A avaliação, elaborada pela Agência Europeia do Ambiente (AEA) em cooperação com a Comissão Europeia, baseia-se na monitorização de 21 859 zonas balneares em toda a Europa ao longo de 2021, abrangendo os Estados-Membros da UE, a Albânia e a Suíça.

A qualidade das águas balneares da Europa melhorou consideravelmente ao longo das últimas décadas devido à monitorização e gestão sistemáticas introduzidas por força da [Diretiva Águas Balneares](#) da UE e de outra legislação ambiental da UE, incluindo a [Diretiva Tratamento de Águas Residuais Urbanas](#). A legislação da UE sobre as águas balneares especifica que a qualidade das águas balneares pode ser classificada como «excelente», «boa», «suficiente» ou «mediocre», em função dos níveis de bactérias fecais detetadas. Caso as águas balneares sejam classificadas como «mediocres», os Estados-Membros da UE devem tomar determinadas medidas, nomeadamente proibir ou desaconselhar a prática banhar, informar o público e adotar as medidas corretivas adequadas.

Estas regras conduziram a uma redução drástica das águas residuais não tratadas ou parcialmente tratadas de origem urbana e industrial rejeitadas nas águas balneares. Consequentemente, é possível tomar banho em muitas zonas de águas superficiais situadas nas cidades, que anteriormente estavam fortemente poluídas. A Comissão Europeia está atualmente a [rever a Diretiva Águas Balneares](#). O objetivo é avaliar se as regras em vigor continuam a ser adequadas para proteger a saúde pública e melhorar a qualidade da água ou se é necessário melhorar o quadro existente, nomeadamente abordando novos parâmetros.



Coesão

Política de coesão da UE: Comissão adota Acordo de Parceria com a Dinamarca para 2021-2027

A Comissão Europeia [adotou](#) o [Acordo de Parceria](#) com a Dinamarca, que estabelece a estratégia de investimento da política de coesão dinamarquesa para o período 2021-2027, no valor de 808 milhões de euros. Os fundos apoiarão a Dinamarca na promoção da coesão económica, social e territorial, com enfoque nas principais prioridades da UE, tais como a transição verde e digital. Os fundos contribuirão igualmente para o crescimento competitivo, inovador e sustentável do país.

Cada Estado-Membro prepara um Acordo de Parceria em cooperação com a Comissão. Trata-se de um documento estratégico para a programação dos investimentos dos fundos da política de coesão e do FEAMP durante o Quadro Financeiro Plurianual. Centra-se nas prioridades da UE, estabelecendo a estratégia e as prioridades de investimento identificadas pelo Estado-Membro. Apresenta igualmente uma lista de programas nacionais e regionais para implementação no terreno, bem como a dotação financeira anual indicativa para cada programa. O Acordo de Parceria da Dinamarca foi o sétimo adotado para o período de financiamento 2021-2027, seguindo-se aos da [Grécia](#), [Alemanha](#), [Lituânia](#), [Áustria](#), [Finlândia](#), e [Chéquia](#).

1,5 milhões de euros do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização para apoiar os trabalhadores despedidos na Grécia

A Comissão Europeia [propõe](#) apoiar 206 trabalhadores despedidos em empresas que produzem eletrodomésticos na região de Ática, Grécia, com 1,5 milhões de euros do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização (FEG). O financiamento ajudará estas pessoas a encontrar novos empregos através de orientação e aconselhamento personalizados, formação e apoio para iniciar o seu próprio negócio.

Ao abrigo do regulamento FEG 2021-2027, o Fundo apoia trabalhadores despedidos e trabalhadores independentes que tenham cessado a sua atividade. O apoio do FEG está mais facilmente disponível para as pessoas afetadas pela reestruturação. Todos os tipos de grandes reestruturações inesperadas podem ser elegíveis para apoio, incluindo os efeitos económicos da crise COVID-19, bem como tendências económicas maiores como a descarbonização e a automatização. Os Estados-Membros podem candidatar-se ao financiamento da UE quando pelo menos 200 trabalhadores perdem os seus empregos dentro de um período de referência específico. Globalmente, desde 2007, o FEG disponibilizou 668 milhões de euros em 173 casos, oferecendo ajuda a mais de 166 mil pessoas em 20 Estados-Membros. As medidas apoiadas pelo FEG crescem às medidas nacionais ativas do mercado de trabalho.

Relatório do Tribunal de Contas Europeu sobre o FEDER 2014/2020

O Tribunal refere que [avaliou](#) se o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional contribuiu para melhorar a competitividade das pequenas e médias empresas (PME) no período de 2014-2020. Constatou que os Estados-Membros pretendiam financiar um grande número de PME em vez de se centrarem nos principais fatores que limitam a competitividade destas empresas. A maioria dos convites à apresentação de propostas financiava investimentos produtivos específicos sem impacto duradouro na competitividade. Os projetos foram, na sua maioria, adjudicados através de procedimentos não concorrenciais e de subvenções. O apoio estimulou a disponibilidade das PME para investir, mas várias teriam feito investimentos idênticos sem financiamento público. Em alguns casos, o apoio afetou negativamente as perspetivas económicas de outras PME que concorrem nos mesmos mercados. O Tribunal recomenda melhorar a conceção dos convites à apresentação de propostas das PME, rever os procedimentos de seleção do FEDER para a concessão de subvenções e dar prioridade à utilização de ajuda reembolsável.

Política de Coesão da UE: Comissão adota Acordo de Parceria com França no valor de 18,4 mil milhões de euros para o período 2021-2027

A Comissão [adotou](#) o [Acordo de Parceria](#) com a França, definindo uma estratégia de investimento de 18,4 mil milhões de euros de financiamento da política de coesão para o período 2021-2027. Os fundos permitirão à França promover a coesão económica, social e territorial, avançando ao mesmo tempo com as principais prioridades da UE, tais como a transição ecológica e digital. Os fundos contribuirão também para a competitividade das regiões francesas, ao mesmo tempo que abordam as disparidades territoriais entre as zonas rurais e urbanas, nomeadamente em termos de acesso aos serviços de saúde e sociais. O Acordo de Parceria define as prioridades dos fundos da política de coesão e prepara a sua aplicação no terreno. O Acordo de Parceria com a França abrange 23 programas: 4 programas nacionais, 19 programas regionais e 18 programas [INTERREG](#). Além disso, estabelece a elegibilidade e a implementação do [Fundo de Transição Justa](#) em regiões com instalações industriais com utilização intensiva de carbono mais afetadas pela transição climática. Além disso, o Acordo de Parceria reflete o forte empenho da França numa utilização coordenada dos fundos da Política de Coesão e dos fundos do Mecanismo de Recuperação e Resiliência. O acordo de parceria com a França segue-se aos da [Grécia](#), [Alemanha](#), [Lituânia](#), [Áustria](#), [Finlândia](#), [Chéquia](#) e [Dinamarca](#).



Cultura e Diversidade Cultural

Palma de Ouro do Festival de Cannes para filmes apoiados pela UE

Na 75ª edição do [Festival de Cannes](#), que terminou no sábado 28 de maio, o filme apoiado pela UE "Triângulo da Tristeza" de Ruben Östlund foi o grande vencedor do festival. Recebeu a prestigiada Palma de Ouro, assim como o prémio técnico da Comissão Técnica Superior de Imagem e de Som para o melhor artista técnico. Outro filme cujo desenvolvimento foi apoiado pela UE, "Boy from Heaven", de Tarik Saleh, ganhou o prémio de melhor argumento. "L'Amour selon Dalva" de Emmanuelle Nicot foi também premiada no concurso *La Semaine de la Critique*. No total, 15 títulos apoiados pela vertente [MEDIA](#) do programa [Europa Criativa](#) foram selecionados no festival deste ano, seis dos quais foram pré-selecionados na competição oficial e na secção "Un certain regard". Estes filmes foram apoiados no seu desenvolvimento e distribuição

Comissão lança convite de 4,1 milhões de euros relacionado com a defesa da liberdade e do pluralismo dos meios de comunicação

A Comissão publicou um [convite](#) de 4,1 milhões de euros respeitante à liberdade e o pluralismo dos media, financiado pelo programa [Europa Criativa](#). Enquanto um milhão de euros será atribuído para reforçar ainda mais a posição dos [conselhos de imprensa](#) e desenvolver padrões jornalísticos, os restantes 3,1 milhões de euros permitirão à UE continuar a fornecer um

mecanismo de reação rápida para proteger os jornalistas em risco após 2023. Este mecanismo inclui ferramentas concretas para permitir aos jornalistas ameaçados de exercer as suas atividades profissionais.



Economia e Mercado

Planos nacionais de recuperação devem contribuir para mais resiliência, autonomia e proteção social

O relatório sobre a proposta de regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que cria um Mecanismo de Recuperação e Resiliência, [aprovado](#) pelos eurodeputados da Comissão dos Orçamentos e da Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários, com 73 votos a favor, 10 contra e 13 abstenções, destina-se a influenciar a próxima revisão da implementação do [Mecanismo de Recuperação e Resiliência](#) (MRR) pela Comissão Europeia, prevista para 31 de julho de 2022. Os eurodeputados solicitam que a Comissão assegure um forte mecanismo de auditoria e controlo das despesas, e implementação e gestão de dados do MRR. Segundo os parlamentares, evitar-se-ia o uso indevido, o duplo financiamento ou a sobreposição de objetivos com outros programas de financiamento da UE.

O relatório adotado sublinha a importância do cumprimento do Estado de direito e do Artigo 2.º do TFUE como pré-requisitos para o acesso ao financiamento do MRR, e que o mecanismo de condicionalidade do Estado de direito da UE é plenamente aplicável ao MRR. Os eurodeputados esperam que a Comissão se abstenha de aprovar os projetos de planos nacionais da Polónia e da Hungria enquanto persistirem as preocupações sobre a observância do Estado de direito, independência judicial e medidas antifraude, conflitos de interesses e corrupção. O Estado de direito e a boa gestão financeira dos fundos da UE necessitam de uma avaliação contínua ao longo do ciclo de vida do MRR e deve ser possível parar ou recuperar os fundos já desembolsados em caso de incumprimento.

NextGenerationEU: Comissão Europeia apoia o plano de recuperação e resiliência da Polónia de 35,4 mil milhões de euros

A Comissão Europeia fez uma [avaliação](#) positiva do Plano de Recuperação e Resiliência da Polónia, um passo importante para a UE desembolsar 23,9 mil milhões de euros em subvenções e 11,5 mil milhões de euros em empréstimos ao abrigo do Mecanismo de Recuperação e Resiliência (MRR). Este financiamento irá apoiar a implementação das medidas cruciais de investimento e reforma delineadas no PRR polaco. Permitirá à Polónia sair mais forte da pandemia da COVID-19 e progredir com as transições verdes e digitais.

A Comissão avaliou o plano da Polónia com base nos critérios estabelecidos no Regulamento do MRR. A análise da Comissão considerou, em particular, se os investimentos e reformas contidos no plano da Polónia apoiam as transições verdes e digitais; contribuem para enfrentar eficazmente os desafios identificados no Semestre Europeu; e reforçam o seu potencial de crescimento, criação de emprego e resiliência económica e social.

Caminho aberto para a adoção do euro por parte da Croácia

A Comissão Europeia [concluiu](#) que a Croácia está pronta a adotar o euro em 1 de janeiro de 2023, elevando para vinte o número de Estados-Membros da área do euro. A conclusão é apresentada no [Relatório de Convergência de 2022](#), que avalia os progressos realizados pela Bulgária, Chéquia, Croácia, Hungria, Polónia, Roménia e Suécia no sentido da adesão à área do euro. Abrange os sete Estados-Membros não pertencentes à área do euro que assumiram o compromisso jurídico de adotar o euro. O relatório conclui que a Croácia cumpre os quatro critérios de convergência nominal e que a sua legislação é plenamente compatível com os requisitos do Tratado e com os Estatutos do Sistema Europeu de Bancos Centrais e do BCE. A avaliação da Comissão é complementada pelo próprio [Relatório de Convergência do Banco Central Europeu](#) (BCE).

O Relatório de Convergência da Comissão Europeia proporciona ao Conselho da UE a base para determinar se um Estado-Membro cumpre ou não as condições necessárias para aderir à área do euro. O Relatório de Convergência elaborado pela Comissão Europeia é separado, mas publicado em paralelo ao Relatório de Convergência do BCE. Os relatórios de convergência são publicados de dois em dois anos, ou quando um Estado-Membro solicita especificamente uma avaliação da sua capacidade para aderir à área do euro, como aconteceu com a Letónia em 2013. Todos os Estados-Membros, exceto a Dinamarca, estão juridicamente obrigados a aderir à área do euro. A Dinamarca, que negociou uma cláusula de não participação no Tratado de Maastricht, não é, por conseguinte, abrangida pelo relatório.



Energia

Metsola sobre a Ucrânia: Precisamos de nos desembaraçar da energia russa

Roberta Metsola [apelou](#) aos líderes da UE para se comprometerem quando se trata da Ucrânia, incluindo a garantia de independência energética para a UE. A presidente do Parlamento Europeu falava no início da cimeira europeia, que se realizou nos dias 30 e 31 de maio, dedicada a discutir o impacto da invasão russa na Ucrânia. Embora a opinião pública seja atualmente a favor de uma resposta forte, Metsola referiu que deveríamos estar preparados para continuar a mesma abordagem, mesmo quando se tornar mais difícil. "Devemos permanecer firmes e começar a planear o nosso envolvimento a longo prazo na região para além da urgência da ajuda de emergência à Ucrânia. A Europa deve liderar e deve permanecer na liderança". A presidente

acrescentou que era importante conceder à Ucrânia o estatuto de candidato à adesão à UE: "O que a Ucrânia precisa neste momento é de esperança e perspectiva, ou forçaremos Kyiv a procurar noutro lugar".

Metsola instou os Chefes de Estado e de Governo da UE a continuarem com sanções e a chegarem a acordo sobre novas sanções. Como a Bielorrússia tem apoiado a Rússia na sua guerra ilegal, o país deve também enfrentar sanções. Salientou a importância de encontrar formas de transporte de cereais para fora da Ucrânia: "Precisamos urgentemente de encontrar formas de transportar cereais para fora da Ucrânia, para onde é mais necessário no mundo". A guerra na Ucrânia também realça a importância da independência energética para a UE e a aceleração da transição verde, disse Metsola. "O nosso objetivo tem de continuar a ser o de nos separarmos da energia russa. Não devemos ser nós a piscar os olhos, mas há um limite para a flexibilidade que podemos permitir sem perder credibilidade perante as nossas populações e parecer fracos face a uma Rússia que, sabemos, não mostra qualquer respeito pela fraqueza", concluiu.

UE proíbe as importações de petróleo da Rússia

Os dirigentes da UE condenaram firmemente a guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia e chegaram a [acordo](#) sobre o sexto pacote de sanções. O pacote abrangerá o petróleo bruto, bem como os produtos petrolíferos, fornecidos pela Rússia aos Estados-Membros. Será prevista uma exceção temporária para o petróleo bruto fornecido via oleoduto.



Estado de Direito

Iniciativa de Cidadania Europeia: Comissão decide registar a iniciativa «Good Clothes, Fair Pay» (Bom vestuário, salário justo)

A Comissão Europeia [decidiu](#) registar a Iniciativa de Cidadania Europeia intitulada «Good Clothes, Fair Pay» (Bom vestuário, salário justo). A iniciativa insta a Comissão a propor legislação que obrigue as empresas do setor do vestuário e do calçado a exercerem o dever de diligência no que diz respeito aos salários nas suas cadeias de abastecimento. Segundo os organizadores, esse exercício inclui seis objetivos, nomeadamente: identificar, prevenir e atenuar os impactos negativos sobre os direitos humanos; reduzir a pobreza na UE e em todo o mundo, prestando especial atenção à situação das mulheres, dos migrantes, dos trabalhadores com contratos precários e à necessidade de combater o trabalho infantil; proibir as práticas comerciais desleais; proporcionar aos consumidores o direito à informação, e aumentar a transparência e a responsabilização das empresas do setor do vestuário e do calçado.

Uma vez que a Iniciativa de Cidadania Europeia (ICE) apresentada satisfaz as condições formais, a Comissão considera que a mesma é legalmente admissível. Nesta fase, a Comissão ainda não analisou o mérito da iniciativa. Após o registo, os organizadores dispõem de 6 meses para dar início à recolha de assinaturas. Se, no prazo de um ano, uma Iniciativa de Cidadania Europeia receber um milhão de assinaturas provenientes de, pelo menos, sete Estados-Membros, a Comissão terá de se pronunciar sobre a sua admissibilidade. A Comissão poderá decidir dar ou não seguimento ao pedido, devendo fundamentar a sua decisão.



Inclusão social, Direitos Humanos

Solidariedade com a Ucrânia: Comissão Europeia lança uma plataforma da UE para o registo de pessoas que beneficiam de proteção temporária ou de proteção adequada ao abrigo da legislação nacional

A Comissão Europeia lançou a plataforma da UE para o intercâmbio de informações sobre os beneficiários da proteção temporária e da proteção adequada. A plataforma permitirá aos Estados-Membros da UE trocar informações sobre pessoas registadas em tempo real, para que os indivíduos que fogem da Ucrânia possam efetivamente beneficiar dos seus direitos em todos os Estados-Membros, ao mesmo tempo que aborda os casos de registos duplos ou múltiplos e limita possíveis abusos. A Comissão desenvolveu esta solução técnica a um ritmo sem precedentes como parte do [Plano de 10 Pontos - Para uma coordenação europeia mais forte no acolhimento das pessoas que fogem da guerra da Ucrânia](#), acordado no Conselho extraordinário de Justiça e Assuntos Internos de 28 de março de 2022. A Comissão irá atualizar o Conselho sobre todo o conjunto de iniciativas no próximo Conselho "Justiça e Assuntos Internos" de junho.

Ucrânia: 500 pacientes transferidos para hospitais europeus através do Mecanismo de Proteção Civil da UE

Quinhentos doentes ucranianos com necessidade de tratamento adicional ou assistência médica urgente [foram](#) até agora transferidos da Ucrânia, Moldávia e Estados vizinhos da UE para hospitais europeus através do Mecanismo de Proteção Civil da UE. Os principais países de acolhimento são atualmente a Bélgica, Alemanha, Dinamarca, Espanha, França, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Países Baixos, Noruega, Portugal, Roménia e Suécia.



Segurança aérea: Comissão adota nova Lista de Segurança Aérea da UE

A Comissão Europeia [atualizou](#) a atual Lista de Segurança Aérea da UE, que enumera as companhias aéreas sujeitas a uma proibição de operação ou restrições operacionais na União Europeia por não cumprirem as normas internacionais de segurança. Na sequência da atualização, foi acrescentada à Lista de Segurança Aérea da UE uma outra companhia aérea russa certificada, a "I Fly". A decisão do Comité de Segurança Aérea da UE está em continuidade com a anterior adição de abril de 20 companhias aéreas russas certificadas, que tinham conscientemente permitido voos sem certificados válidos de aeronavegabilidade. Um total de 118 companhias aéreas estão proibidas de voar nos céus da UE.

Navios ro-ro de passageiros: Conselho adota a sua posição sobre as prescrições de estabilidade melhoradas

Com vista a melhorar a segurança marítima, o Conselho, na sua formação "Transportes" [adotou](#) a sua posição (orientação geral) sobre a proposta de introdução de prescrições de estabilidade melhoradas para os navios ro-ro de passageiros. Esta proposta, ainda que de natureza altamente técnica, é importante para aumentar o nível de segurança dos navios em causa e, por conseguinte, proteger melhor os nossos cidadãos. Os navios ro-ro de passageiros asseguram várias ligações marítimas no interior dos Estados-Membros, entre os Estados-Membros e com países terceiros. Por conseguinte, são de importância fundamental para a mobilidade dos passageiros e das mercadorias na Europa. Além disso, a diretiva em revisão é também uma consequência direta de um dos mais graves acidentes marítimos ocorridos em águas europeias, o naufrágio do navio "Estónia".

A proposta de alteração garante, tanto quanto possível, a coerência com as normas internacionais de estabilidade em situação de avaria para navios de passageiros, recentemente atualizadas pela Organização Marítima Internacional (OMI) na Convenção SOLAS 2020. A OMI introduz assim um novo regime de avaliação da capacidade de sobrevivência dos navios ro-ro de passageiros em situação de avaria e os novos requisitos associados. No entanto, estas novas normas internacionais afiguram-se insuficientes face aos requisitos já em vigor na União relativamente aos novos navios de pequeno porte e, por este motivo, a proposta prevê manter um nível de requisitos de segurança equivalente ao previsto no direito da União em vigor. A proposta visa ainda reforçar os requisitos de entrada em frota na União de navios de grande dimensão já existentes e que ainda não foram certificados na União. O texto do Conselho manteve a abordagem geral da proposta da Comissão, com exceção de uma prorrogação do prazo de transposição, que passaria de 12 para 24 meses, de acordo com a posição do Conselho.

Implementação de Sistemas de Transporte Inteligentes: Conselho adota a sua posição

A fim de acelerar a transição da UE para uma economia digital, o Conselho [adotou](#) a sua posição (abordagem geral) sobre a revisão da diretiva relativa à implantação de sistemas de transporte inteligentes, proposta pela Comissão Europeia. A proposta de alteração da diretiva foi apresentada em dezembro de 2021 e visa ter em conta os desenvolvimentos tecnológicos desde 2010, tais como a mobilidade conectada e automatizada, aplicações de mobilidade a pedido e a oferta de transporte multimodal. Visa igualmente reforçar a disponibilidade e a interoperabilidade dos dados digitais que alimentam estes serviços. Como tal, é um passo importante para a realização do espaço comum europeu de dados de mobilidade. O texto da abordagem geral do Conselho preserva a ambição de avançar com a implantação sistemática e harmonizada de Sistemas de Transporte Inteligentes, mas de uma forma gradual para ter plenamente em conta os benefícios e custos.

O texto mantém os importantes avanços da proposta da Comissão relativamente à atual diretiva, reforçando significativamente o papel dos Estados-Membros na decisão das condições de implementação das novas obrigações, em particular na determinação da cobertura geográfica e do calendário dos dados e serviços a fornecer. Desta forma, o texto do Conselho distingue entre, por um lado, a decisão política sobre os tipos essenciais de dados e serviços críticos a disponibilizar, que são estabelecidos num anexo à Diretiva e podem ser alterados por ato delegado, e, por outro lado, questões de implementação, incluindo o calendário e a sequência, que serão estabelecidas num ato de execução que acompanhará esta decisão política.

Objetivo 55: Conselho adota posição sobre três textos relacionados com o setor dos transportes

Os ministros europeus dos transportes [adotaram](#) a sua posição comum ("abordagem geral") sobre cada uma das três propostas legislativas do pacote "Objetivo 55" que dizem respeito ao setor dos transportes (infraestruturas de combustíveis alternativos (AFIR), *FuelEU Maritime* e *ReFuelEU Aviation*).

Este é um passo importante na implementação do pacote legislativo "Objetivo 55", que deverá permitir à UE cumprir os seus objetivos climáticos: reduzir as emissões líquidas de gases com efeito de estufa em pelo menos 55% até 2030, em comparação com os níveis de 1990, e alcançar a neutralidade de carbono até 2050. Para o setor dos transportes em particular, o objetivo é reduzir as emissões de gases com efeito de estufa em 90% (o setor representa atualmente mais de um quarto das emissões

da UE). As abordagens gerais adotadas permitirão à Presidência do Conselho iniciar negociações com o Parlamento Europeu (trílogos) uma vez que o Parlamento Europeu tenha adotado as suas posições sobre estes dossiers.



Mar e Pescas

Revisão da gestão das pescas: menos sobrepesca, mas são necessários mais esforços para proteger os recursos marinhos

A Comissão Europeia [publicou](#) a [Comunicação «Para uma pesca mais sustentável na UE: ponto da situação e orientações para 2023»](#), em que apresenta a análise anual da gestão da pesca na UE e define as prioridades para 2023. Os dados numéricos, que foram apreciados por agências científicas independentes, mostram que os esforços de conservação estão a dar os seus frutos e que a política das pescas da UE permitiu reduzir a sobrepesca nas águas europeias. Contudo, são necessários mais esforços para proteger os recursos marinhos, mantendo os elevados níveis de ambição na UE e tentando obter os mesmos padrões elevados no trabalho com os países terceiros, como a Noruega, o Reino Unido e os Estados costeiros.

As unidades populacionais nas zonas do Atlântico Nordeste situam-se, em média, dentro de níveis que permitem obter, no futuro, os mais elevados rendimentos sustentáveis (o chamado «rendimento máximo sustentável», ou MSY). No Mediterrâneo, a situação continuou a melhorar, mas há ainda um longo caminho a percorrer. No mar Báltico, em que, em consequência da eutrofização, os baixos níveis de oxigénio na água impedem que os peixes cresçam e se reproduzam normalmente, foram adotadas medidas de proteção.

Os Estados-Membros, os conselhos consultivos, o setor da pesca, as organizações não governamentais e os cidadãos interessados serão convidados a participar numa consulta pública entre junho e o final de agosto e a pronunciarem-se sobre as possibilidades de pesca para 2023. Após a consulta, a Comissão apresentará as suas propostas de regulamentos relativos às possibilidades de pesca para 2023 para o Atlântico, o mar do Norte e o mar Báltico, bem como para os mares Mediterrâneo e Negro. As propostas têm em conta os planos plurianuais e baseiam-se em pareceres científicos emitidos pelo Conselho Internacional para o Estudo do Mar (CIEM) e outros organismos independentes, bem como na análise económica apresentada pelo Comité Científico, Técnico e Económico das Pescas (CCTEP). As propostas incluirão ainda ajustamentos resultantes da aplicação da obrigação de desembarque. Por fim, o Conselho discutirá as propostas da Comissão e estabelecerá a repartição das possibilidades de pesca.



Regiões Ultraperiféricas

Conclusões do Conselho sobre o futuro das políticas de coesão da UE até 2050

O Conselho da União Europeia aprovou as suas [Conclusões](#) sobre o futuro das políticas de coesão da UE até 2050, na sequência da publicação por parte da Comissão Europeia do [Oitavo Relatório sobre a Coesão: a coesão na Europa no horizonte de 2050](#). Sobre as RUP, o Conselho no ponto 18.º do texto aprovado «recorda também o artigo 349.º do TFUE, que deve ser utilizado para apoiar o desenvolvimento das Regiões Ultraperiféricas e para promover uma política de coesão que responda às suas necessidades específicas, com soluções diferenciadas, que reforçam o seu alcance, e que capitalizam as inovações realizadas por estes territórios; é da opinião que as ilhas, territórios periféricos e remotos, incluindo as Regiões Ultraperiféricas, estão a enfrentar desafios particularmente sérios, também devido ao aumento dos custos de transporte, e salienta a necessidade de uma abordagem inclusiva e específica em relação a eles, a fim de apoiar nas suas transições;».

Ecosistemas Regionais de Investigação e Inovação Regional das 9 RUP reunidos na conferência final do projeto FORWARD

A Vice-Presidência do Governo dos Açores, através do Fundo Regional da Ciência e Tecnologia (FRCT), [esteve](#) em Bruxelas para participar na conferência final do projeto FORWARD, inserida no evento *EU Green Week 2022*, organizado pela Comissão Europeia. O [projeto FORWARD - “Promover a Excelência da Investigação nas RUP”](#), coordenado pelo Governo das Canárias e financiado pelo Programa-Quadro Horizonte 2020, mediante uma Ação de Suporte e Coordenação (CSA), tem como principais objetivos reforçar a visibilidade e o reconhecimento das capacidades e expertise de Investigação & Inovação (I&I) nas Regiões Ultraperiféricas (RUPs), potenciando, assim, os seus índices de participação e sucesso nos Programas-Quadro da União Europeia.

O consórcio é integrado pelas nove RUP, representadas por entidades dos governos regionais responsáveis pela implementação de políticas de I&I, bem como pelos principais atores da quadruple hélix. A participação dos Açores no projeto FORWARD é assegurada por estreita colaboração entre o Fundo Regional da Ciência e Tecnologia, a Universidade dos Açores e a Câmara de Comércio e Indústria dos Açores. O FORWARD permitiu a realização de um diagnóstico e caracterização dos nove ecossistemas de I&I regional, a elaboração de uma estratégia conjunta para fomentar a participação destas regiões em programas de financiamento europeu, o desenvolvimento de Planos de Ação em áreas estratégicas com foco em áreas da RIS3, e, ainda, o estabelecimento de uma rede operacional para apoio a participação em projetos europeus. Com foco na

capacitação destes atores, o consórcio promoveu mais de 100 ações de capacitação e formação, envolvendo mais de 2.100 atores.

Jornadas Internacionais “Regiões ultraperiféricas da União Europeia”

O auditório Natália Correia, em Ponta Delgada, [recebeu](#), entre os dias 2 e 3 de junho, as [Jornadas Internacionais “Regiões Ultraperiféricas da União Europeia: história, narrativas e desafios da contemporaneidade”](#). O encontro nasce do [projeto Eurilhas](#) – A dimensão Insular da Europa e as ilhas na União Europeia: heteronomia, autonomia e subsoberania -, que envolveu as Universidades dos Açores e de Coimbra, numa investigação sobre a dimensão insular das regiões. O objetivo da iniciativa é melhorar a proposta estratégica da comissão europeia para as RUP.



Saúde

Plano Europeu contra o Cancro: Comissão lança processo a nível da UE para abordar o direito a ser esquecido

Por ocasião da Semana Europeia contra o Cancro, a Comissão [publicou](#) um [estudo](#) sobre o acesso a produtos financeiros para pessoas com historial de cancro, o chamado "direito a ser esquecido", na UE e definiu as próximas ações no âmbito do [Plano Europeu contra o Cancro](#). O estudo destaca um amplo apoio à política a nível da UE para assegurar o acesso justo a produtos como seguros de vida, e empréstimos ou créditos. Inclui ações para aumentar a sensibilização, melhorar o intercâmbio de conhecimentos, experiências e práticas, assim como atualizações regulares sobre provas científicas. Ao mesmo tempo, o impacto da ação da UE deve também ter em conta as diferentes abordagens regulamentares e autorreguladoras em vigor em toda a UE. No futuro, a Comissão lançará um trabalho mais extenso para recolher provas e conhecimentos adicionais e incentivar o diálogo entre as autoridades nacionais, os pacientes e o setor financeiro, com vista a estabelecer o primeiro Código de Conduta da UE até ao início de 2024.

Glifosato: comité de avaliação conclui novamente que a classificação do glifosato como cancerígeno não se justifica

O Comité de Avaliação de Riscos (CAR) da ECHA (Agência Europeia das Substâncias Químicas) concorda em manter a atual classificação do glifosato como causador de danos oculares graves, e tóxico para a vida aquática. No entanto, com base numa ampla análise das provas científicas, o comité [conclui](#) novamente que a classificação do glifosato como cancerígeno não se justifica.

O CAR concluiu que as classificações existentes para o glifosato como uma substância que causa graves danos oculares e tóxica para a vida aquática com efeitos duradouros devem ser mantidas. O comité acrescenta que as provas científicas disponíveis não cumpriam os critérios para classificar o glifosato como substância tóxica para órgãos-alvo específicos, ou como uma substância cancerígena, mutagénica ou tóxica para a reprodução. O comité avaliou as propriedades perigosas do glifosato em relação aos critérios do Regulamento de Classificação, Rotulagem e Embalagem (CRE). Consideraram um extenso volume de dados científicos e muitas centenas de comentários recebidos durante as consultas ao formar a sua opinião. O novo parecer do CAR é coerente com a proposta dos quatro Estados-Membros que atualmente avaliam o glifosato: Suécia, França, Hungria e Países Baixos, bem como com o parecer do CAR de 2017.

O parecer adotado será publicado no sítio Web da ECHA e enviado à Comissão Europeia e à Autoridade Europeia para a Segurança Alimentar (EFSA) até meados de agosto. A EFSA realizará a sua avaliação do risco do glifosato, esperando-se que este esteja pronto em julho de 2023. A Comissão Europeia irá analisar as conclusões da EFSA e o relatório de avaliação de renovação que foi preparado pela Suécia, França, Hungria e Países Baixos. A Comissão apresentará então um relatório de renovação e um projeto de regulamento aos Estados-Membros sobre se a aprovação do glifosato pode ou não ser renovada.

Coronavírus: Comissão assegura acordo com a Moderna para adaptar os prazos de entrega às necessidades dos Estados-Membros

A Comissão Europeia e a Moderna [chegaram](#) a acordo para assegurar que a entrega de vacinas COVID-19 seja adaptada às necessidades dos Estados-Membros. Com base neste acordo, a empresa adiará a entrega de algumas doses inicialmente previstas para o segundo trimestre de 2022, para mais tarde no ano. Além disso, caso uma vacina adaptada receba uma autorização de comercialização da UE na sequência da avaliação da Agência Europeia de Medicamentos, uma parte das doses previstas para abril, maio e junho poderá ser entregue como vacinas de reforço adaptadas às atuais variantes da COVID-19 a partir de setembro.



Solidariedade Externa da União Europeia e Diplomacia

Conclusões aprovadas sobre a Ucrânia na reunião extraordinária do Conselho Europeu de 30 e 31 de maio de 2022

O Conselho Europeu aprovou na sua reunião extraordinária que decorreu nos dias 30 e 31 de maio um texto de Conclusões sobre a Ucrânia que poderá consultar [aqui](#), em que se inclui os princípios gerais a ter em conta no sexto pacote de sanções contra a Rússia que [entretanto](#) foram aprovados pelo Conselho.

Comissão propõe aumentar a ajuda da UE ao abrigo do Programa Escolar da UE para os países que fornecem alimentos às crianças ucranianas deslocadas

A Comissão Europeia [publicou](#) um regulamento que permite uma redistribuição interna da ajuda da UE no âmbito do programa escolar da UE para atender às crianças ucranianas deslocadas matriculadas nas escolas da UE. O [programa escolar da UE](#) visa promover uma alimentação saudável e dietas alimentares equilibradas através da distribuição de fruta, legumes e produtos lácteos às crianças em idade escolar, propondo ao mesmo tempo programas educativos sobre agricultura e boa nutrição. Para 2020-2021, cerca de 15 milhões de crianças em idade escolar [beneficiaram](#) do mesmo na UE. O orçamento total da UE para o programa ascende a 220,8 milhões de euros por ano escolar, consistindo em até 130,6 milhões de euros para fruta e legumes e até 90,1 milhões de euros para leite. Este orçamento é repartido em [dotações nacionais](#) fixadas pela Comissão com base nos pedidos dos Estados-Membros. O regulamento convida os Estados-Membros a rever os seus pedidos de ajuda da UE para o próximo ano letivo, que decorre de 1 de agosto de 2022 a 31 de julho de 2023, à luz da situação sem precedentes que apela à solidariedade para aliviar o fardo sobre aqueles que se encontram na linha da frente para a ação destinada a satisfazer as crianças ucranianas deslocadas. Os Estados-Membros podem apresentar até 15 de junho o montante adicional solicitado ou o montante da sua atribuição não solicitada. A Comissão [decidirá](#) até 15 de julho de 2022 sobre as novas afetações para o próximo ano escolar, à luz das notificações recebidas, redirecionando os montantes não utilizados para os países que acolhem o maior número de crianças ucranianas.

Síria: Conselho prorroga sanções contra o regime por mais um ano

O Conselho [prorrogou](#) por mais um ano, até 1 de junho de 2023, as medidas restritivas impostas pela UE contra o regime sírio, à luz da contínua repressão da população no país. Além disso, o Conselho retirou três pessoas da lista. Da lista constam agora 289 pessoas alvo de congelamento de bens e de proibição de viajar e 70 entidades a que foi imposto um congelamento de ativos. As sanções que vigoram contra a Síria foram impostas em 2011, em resposta à violenta repressão exercida contra a população civil. Visam igualmente empresas e empresários proeminentes que beneficiam das suas ligações ao regime e da economia de guerra. As medidas restritivas passam também pela proibição de importação de petróleo, restrições de determinados investimentos, congelamento dos ativos do Banco Central da Síria detidos na UE e restrições à exportação de equipamento e tecnologia que possam ser usados para fins de repressão interna ou se destinem a vigiar ou interceptar comunicações telefónicas ou pela Internet.

Fazendo parte da linha de rumo específica seguida pela UE relativamente à aplicação de sanções, as sanções contra a Síria foram concebidas de forma a evitar que se obstrua a prestação de ajuda humanitária. Por conseguinte, a exportação de alimentos, medicamentos ou equipamento médico não está sujeita a sanções da UE, estando previstas algumas derrogações específicas para fins humanitários. A UE acompanha permanentemente a evolução do conflito sírio e pode decidir renovar as sanções e alterar a lista de entidades ou pessoas visadas consoante a evolução no terreno. A UE continua empenhada em encontrar uma solução política credível e duradoura para o conflito na Síria com base na Resolução 2254 do Conselho de Segurança das Nações Unidas e no Comunicado de Genebra de 2012.

Luta contra o terrorismo: um grupo e duas pessoas acrescentados à lista de sanções da UE

O Conselho [decidiu](#) acrescentar um grupo e duas pessoas à lista de pessoas e entidades sujeitas a medidas restritivas da UE contra o EIL/Daexe e a Al-Qaeda e pessoas, grupos, empresas e entidades a eles associados. As medidas visam o Hurras al-Din, um grupo ligado à Al-Qaeda e sediado na Síria, bem como o seu líder Faruq al-Suri e o seu líder religioso Sami al-Aridi. O grupo Hurras al-Din opera em nome da Al-Qaeda e sob a sua égide e esteve envolvido no planeamento de operações terroristas externas. Para alcançar os seus objetivos, o grupo criou campos operacionais na Síria, onde os seus membros recebem treino terrorista. Vários combatentes terroristas estrangeiros europeus juntaram-se às fileiras do grupo desde a sua criação.

Através de atividades de propaganda, o grupo e as pessoas objeto de sanções também desempenharam um papel fundamental na promoção da ideologia jihadista de violência da Al-Qaeda, assim como na incitação à prática de atos terroristas em apoio da Al-Qaeda. Por conseguinte, o grupo Hurras al-Din e os seus dois líderes representam uma ameaça grave e continuada para a UE e para a estabilidade regional e internacional. Com estas novas medidas, dez pessoas passam agora a estar sujeitas a uma proibição de viajar e a um congelamento de bens, e três grupos passam a estar sujeitos a um congelamento de bens. Além disso, os cidadãos e as entidades da UE ficarão proibidos de disponibilizar fundos ou recursos económicos às pessoas e grupos constantes da lista.



Tecnologia, comunicações, informática e satélites

Eurodeputados da Comissão do Mercado Interno e da Proteção dos Consumidores concluem visita a Silicon Valley

Na semana passada, uma delegação da Comissão do Mercado Interno e da Proteção dos Consumidores do Parlamento Europeu [visitou](#) empresas tecnológicas líderes mundiais, incluindo a Google, Meta, Apple, Airbnb, eBay, Paypal e Uber. Os eurodeputados tiveram a oportunidade de analisar os últimos avanços no mercado digital dos Estados Unidos, particularmente em relação ao desenvolvimento e utilização do comércio eletrónico, inteligência artificial, proteção do consumidor, e plataformas em linha.

Ao regressar da missão de cinco dias a Silicon Valley, Andreas Schwab, o presidente da delegação resumiu as principais observações: «A missão foi oportuna porque a União Europeia está a inaugurar uma nova era de regulamentação nas plataformas digitais com a adoção da Lei dos Mercados Digitais e da Lei dos Serviços Digitais. Como a Europa é pioneira em novas leis digitais que terão um impacto para além da UE, as empresas e grupos de reflexão dos EUA interessaram-se muito pelo papel do Parlamento no processo. Conseguimos discutir com algumas das maiores empresas que serão mais afetadas pelo pacote DMA-DSA, tais como Meta, Google e Apple. O feedback foi sobretudo positivo, embora tenhamos de ver até que ponto estarão em conformidade ou litigiosas quando o DMA-DSA entrarem em vigor.».

Mais no Parlamento Europeu...

Calendário para [2022](#) e [2023](#).



Em aberto



Procura emprego nas Instituições Europeias?

No [EU Careers](#) encontrará informações e sugestões sobre as oportunidades de emprego junto das [instituições europeias](#)! A União Europeia ajuda-o a encontrar emprego no [#EUandMe](#)! Oportunidades: [Agência da União Europeia para a Cibersegurança](#).



Seis Passos para iniciar uma carreira profissional no estrangeiro

O [Portal Europeu da Mobilidade Profissional](#) publicou um artigo onde explica os [seis passos](#) para os jovens iniciarem a sua carreira profissional no estrangeiro.



Procura emprego na área de Assuntos Europeus em Bruxelas?

No [Trusted Jobs](#) encontrará oportunidades de emprego na área de assuntos europeus em Bruxelas!



Estágios

[Nesta página dedicada](#) poderá encontrar propostas de estágios nas instituições europeias e órgãos consultivos das instituições.



Procura emprego na Europa?

Procura trabalho no setor público ou privado Europeu e particularmente em Bruxelas? O [EuroBrussels](#) é um dos bons sítios internet para o começar a fazer.



Agência Europeia de Defesa está à procura de estagiários em diversas áreas

A Agência Europeia de Defesa tem abertas candidaturas para estágios em diversas áreas até ao próximo dia 12 de abril. Informações em detalhe [aqui](#).



Banco Europeu de Investimento tem diversas vagas para Traineeship & Grad Programmes

O BEI, sediado no Luxemburgo, divulga regularmente vagas na instituição. Pode consultar as vagas e os prazos de candidatura [aqui](#).



Operação naval europeia IRINI abre estágios para os interessados em Política de Defesa

Estão abertas candidaturas para estagiar na operação naval europeia IRINI, destinada a controlar o embargo de armas em direção à Líbia. Os estágios têm a duração de quatro meses, renováveis por igual período. Mais informações e candidaturas [aqui](#).



Empregos e estágios através do Centro de Informação Europeia Jacques Delors

Verifique [aqui](#) as oportunidades de emprego divulgadas pelo Centro de Informação Europeia Jacques Delors.



Agência Espacial Europeia

Explore as vagas de emprego da ESA. Se é um profissional experiente, um graduado ou um estudante, descubra o impacto que você pode fazer com uma carreira na Agência Espacial Europeia. Use a [ferramenta de procura de vagas](#) da Agência Espacial Europeia. Até 10 de dezembro, a Agência Espacial Europeia tem abertas candidaturas para o seu programa de estágios 2021, direcionado a estudantes com a duração de 6 meses, em regime de teletrabalho, devido à pandemia. Poderá encontrar mais informações sobre as vagas e os prazos de candidatura [aqui](#).



IFREMER

O Instituto Francês para a Exploração do Mar (IFREMER) tem vagas para os diversos níveis de estudo dos recursos marinhos. Detalhes na [base de dados](#) dedicada deste instituto.



Corpo Europeu de Solidariedade

O [Corpo Europeu de Solidariedade](#) é a nova iniciativa da União Europeia dirigida aos jovens, dando-lhes a oportunidade de fazer voluntariado ou de trabalhar em [projetos](#), no próprio país ou no estrangeiro, em benefício de pessoas e comunidades de toda a Europa. Aos 17 anos já te podes inscrever no Corpo Europeu de Solidariedade, mas só podes participar num projeto depois de fazeres 18 anos. A participação nos projetos do Corpo Europeu de Solidariedade está aberta aos jovens até aos 30 anos de idade. Depois de se inscreverem, os participantes no Corpo Europeu de Solidariedade podem ser selecionados e convidados a integrar uma vasta gama de projetos, relacionados, por exemplo, com a prevenção das catástrofes naturais ou a reconstrução na sequência de catástrofes deste tipo, a assistência em centros de requerentes de asilo ou a resposta a outras questões sociais a nível da comunidade. Inscrições [aqui](#).



Açorianos no Mundo

“Açorianos no Mundo” é uma plataforma *online*, que vai permitir a todos os açorianos por nascimento, ascendência, afinidade (casamento/união de facto), que tenham residido nos Açores por um período mínimo de cinco anos, e que se encontram a residir fora da Região Autónoma dos Açores, uma maior proximidade com o arquipélago e, conseqüentemente, uma efetiva participação no futuro dos Açores, através da adesão ao processo eleitoral para a escolha dos representantes das suas comunidades, que, posteriormente, integrarão o Conselho da Diáspora Açoriana (CDA). Registe-se [aqui](#).



Produtos alimentares Açorianos em Bruxelas

Pode encontrar produtos alimentares açorianos em Bruxelas, nas seguintes lojas: [Casa Portuguesa](#), [Lusoloja](#) e [Mercado Português](#).

Ligações formais e não formais, mas utilizadas por quem procura casa temporária em Bruxelas: [Bxl à Louer - de bouche à oreille \(II\)](#), [BRUXELLES: Location appartement, Colocation, Sous-location chambre à louer](#), [Colocation Bruxelles](#), [Immoweb](#), e [Logic-immo](#). E muito mais: [Xpatris](#).

O [Gabinete dos Açores em Bruxelas](#) tem soluções para a realização de reuniões, acompanhamento temático, interpretação, alojamento e muito mais. [Contacte-nos!](#)



O que é o AZ@BXL?

O AZ@BXL é um boletim informativo constituído por uma seleção de notícias compiladas a partir de Bruxelas e consideradas relevantes no contexto da Região Autónoma dos Açores. É também noticiada a atividade do Gabinete dos Açores em Bruxelas. A prospeção, seleção, adaptação e apresentação das notícias é da responsabilidade do Gabinete dos Açores em Bruxelas. O boletim está redigido em português, no entanto, as notícias apontadas estão redigidas no idioma original, o que inclui também o inglês, o francês e o castelhano. As imagens utilizadas pertencem ao domínio público, ao Gabinete dos Açores em Bruxelas, ao [SIARAM](#) ou constam das notícias apontadas. Este boletim não tem periodicidade fixa, sendo preferencialmente distribuído às sextas-feiras. **Legenda: Título da notícia a vermelho**, nova notícia; Notícia já exposta no número anterior, **título da notícia a verde**; A notícia herdada do número anterior, mas com alterações, **título da notícia em cor-de-laranja**. Este boletim informativo está otimizado para sistemas Microsoft.

Legenda:



Lista de Siglas, Acrónimos e Abreviaturas:

| AECT – [Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial](#) | AESA – [Agência da UE para a Segurança Aérea](#) | BCE – [Banco Central Europeu](#) | BEI – [Banco Europeu de Investimento](#) | CE – [Comissão Europeia](#) | CEO – [Chief Executive Officer](#) | CESE – [Comité Económico e Social Europeu](#) | CoR- [Comité das Regiões](#) | CPLP – [Comunidade dos Países de Língua Portuguesa](#) | CRPM – [Conferência das Regiões Periféricas Marítimas](#) | EBA – [Autoridade Bancária Europeia](#) | EBCD – [European Bureau for](#)

[Conservation and Development](#) | [EEE – Espaço Económico Europeu](#) | [EIT - Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia](#) | [EMA – Agência Médica Europeia](#) | [EMB – European Marine Board](#) | [EMSA – Agência Europeia de Segurança Marítima](#) | [ERC – Conselho Europeu de Investigação](#) | [ESA – Agência Espacial Europeia](#) | [EUA – Estados Unidos da América do Norte](#) | [FEADER – Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural](#) | [FEAGA – Fundo Europeu Agrícola de Garantia](#) | [FEI – Fundo Europeu de Investimento](#) | [FEIE – Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos](#) | [GEE – Gases com Efeito de Estufa](#) | [GPS – Sistema de Posicionamento Global dos EUA](#) | [IA – Inteligência Artificial](#) | [ICCAT – Comissão Internacional para a Conservação do Atum do Atlântico](#) | [IMO – Organização Marítima Internacional](#) | [JRC – Centro de Pesquisa Conjunto da CE](#) | [OCM – Organização Comum dos Mercados Agrícolas](#) | [ODS – Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável da ONU](#) | [OMC – Organização Mundial do Comércio](#) | [OMS – Organização Mundial de Saúde](#) | [ONU – Organização das Nações Unidas](#) | [PAC – Política Agrícola Comum da UE](#) | [PE – Parlamento Europeu](#) | [PES – Partido Socialista Europeu](#) | [PME – Pequenas e médias empresas](#) | [PPE – Partido Popular Europeu e PPE no PE](#) | [Q&A – Perguntas e Respostas](#) | [QFP – Quadro Financeiro Plurianual da EU](#) | [RIS – Regional Innovation Scoreboard](#) | [RUP – Regiões Ultraperiféricas da União Europeia](#), de acordo com o artigo 349 do TFUE | [S&D – Aliança Progressiva dos Socialistas e Democratas](#) (inclui o PES no PE) | [UE – União Europeia](#) | [TCE – Tribunal de Contas Europeu](#) | [TFUE – Tratado sobre o Funcionamento da UE](#) | [TJUE – Tribunal de Justiça da UE](#) |

Autoria:

Estrutura de Missão para a Instalação do Gabinete da Região Autónoma dos Açores em Bruxelas

Aceitam-se [sugestões!](#)



[Quero receber este boletim \(envie-nos o seu email\)](#) – [Quero deixar de receber este boletim](#)

Conheça a nossa Política de Privacidade – [PT](#) e [EN](#)

Consulte os [números anteriores](#)

Saiba mais sobre o [Gabinete dos Açores em Bruxelas](#)

gabinetebruxelas@azores.gov.pt | [@AzoresEUoffice](#) | [Google Maps](#)

[O Gabinete dos Açores em Bruxelas no Registo de Transparência da União Europeia](#)

Não imprima esta newsletter. O Ambiente agradece!